



LAÍS LOREDO GAMA TAMANINI

**A AGENDA DO DESENVOLVIMENTO NA OMPI: UMA ANÁLISE CRÍTICA
SOBRE A ESTRATÉGIA DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA DE REFORMAR
O REGIME DE PROPRIEDADE INTELECTUAL**

RIO DE JANEIRO

2008

SUMÁRIO

1 – INTRODUÇÃO.....	1
2 – OBJETIVOS	4
2.1 – Geral	4
2.2 – Específicos.....	4
3 – JUSTIFICATIVA	6
4. EMBASAMENTO TEÓRICO	
4.1 A Teoria Crítica e as Relações Internacionais: sob a análise de Robert Cox (1996).....	8
4.2 – O construtivismo de Susan Sell.....	9
5. METODOLOGIA	
5.1 – Tipo de Pesquisa.....	10
5.2 – As Fontes	11
5.3 – Instrumentos de Coleta de Dados	12
5.4 – Análise dos Dados	12
6. CAPÍTULOS.....	13
7. CRONOGRAMA	15
8. BIBLIOGRAFIA	15

1. INTRODUÇÃO

A WIPO ou OMPI em português - Organização Mundial da Propriedade Intelectual - passa por uma reforma de agenda para inclusão de uma perspectiva de desenvolvimento. Essa mudança de agenda foi proposta na Assembléia Geral da Organização em 2004 num esforço conjunto de Brasil e Argentina, apoiados por outros treze países em desenvolvimento¹. Após três anos de intensa negociação e muitos altos e baixos a agenda de desenvolvimento foi finalmente concluída pelos Estados membros da WIPO nos "Comitês Provisionais em propostas relacionadas à agenda desenvolvimento da WIPO"² em suas seções de fevereiro e junho de 2007. As recomendações saídas desse Comitê foram adotadas pela Assembléia Geral da WIPO - seu órgão mais importante - em setembro e outubro de 2007³.

A Agenda de Desenvolvimento da WIPO não é um evento isolado, mas em parte um efeito de uma movimentação muito mais ampla nesse sentido em todos os foros multilaterais. A WIPO, dessa forma, foi um dos últimos organismos da ONU a ceder ao imperativo do desenvolvimento e – pode-se dizer – foi um dos mais resistentes a fazê-lo. E é nessa resistência da organização em ceder que reside uma das maiores vitórias dessa agenda do desenvolvimento: conseguir quebrar – em âmbito discursivo, ao menos – com o monopólio da ortodoxia da propriedade intelectual em um dos seus mais antigos asilos, a Organização Mundial da Propriedade Intelectual.

¹ Esses países são Bolívia, Cuba, República Dominicana, Equador, Egito, Irã, Quênia, Peru, Serra Leoa, África do Sul, Tanzânia, Uruguai e Venezuela. Juntamente com o Brasil e a Argentina, eles formaram o Grupo dos "Amigos do Desenvolvimento".

² do inglês, *Provisional Committee on Proposals Related to a WIPO Development Agenda* (PCDA).

³ A lista final de propostas adotadas pelo PCDA está estruturada em seis grupos de temas, chamados de em inglês de *clusters*, que vão de A a F. O grupo A trata de "assistência técnica e construção de capacidades", o grupo B de "implementação de normas, flexibilidades, políticas públicas e domínio público", o grupo C de "transferência de tecnologia, tecnologias da comunicação e da informação e acesso a conhecimento", o grupo D de "exame, avaliação e estudos de impacto", o grupo E de "matérias institucionais incluindo mandato e governança", o grupo F trata de como a agenda deve estar em acordo com o artigo 7 do TRIPS.

A ONU passa por uma onda de “desenvolvimento”. Usando como marco a Declaração em 2000 das Metas de Desenvolvimento do Milênio, perpassando pela adoção de uma Rodada de Negociações da OMC em Doha com o nome de Rodada do Desenvolvimento até chegar às declarações nesse favor de organizações como OMS e UNESCO, vê-se que se constrói na ONU um certo consenso em torno da desejabilidade de uma perspectiva de desenvolvimento inserida nas matérias mais amplas da política internacional. E quanto mais a ONU se reveste desse discurso pró-desenvolvimento, mais ela enuncia e ressalta uma determinada dinâmica da geometria de poder atualmente: os países estão cada vez mais sendo definidos segundo referências a seu desenvolvimento. Esses rótulos advindos dessa prática de foco na idéia de desenvolvimento são por si só um convite à definição da cisão, das divisões e da geometria organizacional dos interesses dos participantes desses foros multilaterais. É importante lembrar que “definir” e “rotular” não são atos inocentes. As definições e os rótulos criam espaços políticos e enunciam novas dinâmicas. O advento de uma agenda de desenvolvimento na WIPO é, dessa forma, um evento que contribui – a partir da reprodução dos rótulos desenvolvido/ em desenvolvimento – para a enunciação de inúmeras dinâmicas políticas que se encenam na atualidade.

Partindo desse entendimento, defende-se que a WIPO é permeada pelo que resolvi batizar de uma *Política do Desenvolvimento*⁴. Essa política é responsável por manifestar novos espaços assim como novos constrangimentos tanto a países desenvolvidos quanto a países em desenvolvimento; ou seja, apresenta um modelo de atuação política que, por sua força crescente, leva os países a quase que forçosamente terem que responder e atuar segundo ele.

⁴ “*The Politics of Development*”, a versão em inglês guarda mais sutileza ao termo.

A partir disso, buscar-se-á entender como a estratégia de política externa brasileira na OMPI se apropria desse entendimento do caráter normativo crescente de “perspectivas de desenvolvimento” no âmbito da ONU para verter o eixo discursivo do regime de Propriedade Intelectual e, conseqüentemente, avançar seus interesses. Dessa forma, o interesse principal desse trabalho é analisar os fatores que estão presentes hoje e não estavam presentes na assinatura de TRIPS⁵ em 1995 que tornaram possível ao Brasil articular essa estratégia na OMPI. A idéia subjacente nesse trabalho é que os recursos de poder nas discussões de propriedade intelectual não são exclusivamente materiais. Dessa forma, tanto países desenvolvidos quanto suas contrapartes, os em desenvolvimento, são igualmente impactados e constrangidos pelas dinâmicas discursivas presentes no sistema. Essa noção rompe com o estigma de que países desenvolvidos necessariamente são bem sucedidos e países em desenvolvimento sempre são cooptados em função das “forças e das circunstâncias”. O Brasil, ao longo dos anos, vêm desenvolvendo a potencialidade discursiva de defender as demandas por um reforço às flexibilidades previstas em TRIPS. A Agenda de Desenvolvimento é uma dessas estratégias.

Para avançar essa análise, utilizarei o arcabouço teórico de Robert Cox (1992; 1996) em sua leitura crítica a respeito do caráter normativo das teorias mainstream de Relações Internacionais e dos estudos históricos da propriedade intelectual feitos por Susan Sell (1998; 2000a; 2000b; 2001; 2002; 2003; 2007; 2008).

⁵ Sigla para *Trade-Related Aspects Of Intellectual Property Rights* (1995). O acordo da Organização Mundial do Comércio (OMC) para aspectos da propriedade intelectual relacionados ao comércio (TRIPS), negociado na Rodada do Uruguai (1986-1994), introduziu pela primeira vez questões de propriedade intelectual na agenda do sistema de comércio multilateral (OMC, 2008).

2 – OBJETIVOS

2.1 – Objetivo Geral

O objetivo geral do trabalho é um tanto ambicioso. Tentarei produzir uma leitura sobre a temática do regime de Propriedade Intelectual a partir de uma abordagem de Teoria Crítica nas Relações Internacionais. O desafio reside em justamente trazer o instrumental teórico da Teoria Crítica para refletir sobre um tema na área de Economia Política. Em grande medida, o campo da Economia Política tem sido quase que exclusivamente um território de abordagens tradicionais na teoria de Relações Internacionais, esse cenário torna-se ainda mais verdadeiro quando se vê a literatura existente sobre Propriedade Intelectual. Um primeiro passo nesse sentido foi dado por Susan Sell (2001), em seu estudo de linha construtivista, procurou demonstrar como o conceito de propriedade intelectual não foi sempre o mesmo, mas desenvolveu-se historicamente. Nesse meu estudo, procurarei demonstrar como as relações de poder estão vestidas nos discursos que construíram o regime de Propriedade Intelectual e como os axiomas que compõe esse discurso foram naturalizados e essa prática se perpetua nas organizações que atualmente são “autoridades” no tema. Partindo da idéia de Robert Cox (1996) de que “a teoria está sempre a serviço de alguém e de alguma coisa”, o objetivo é revelar os silêncios guardados por trás da teorização sobre Propriedade Intelectual e mostrar que outra racionalidade é possível.

2.2 – Objetivos Específicos

Para desnaturalizar o entendimento tradicional sobre Propriedade Intelectual, é necessário primeiro discorrer sobre as variáveis que estão em jogo em uma discussão nessa área e como são conhecidas as relações entre essas variáveis a partir da leitura

mainstream. Após esse primeiro embasamento sobre o tema, apresentar-se-á como essas relações entre variáveis podem ser questionadas e expostas de outra forma. Partindo-se da compreensão de que existem outras formas de se pensar sobre Propriedade Intelectual, analisar-se-á como a agenda de TRIPS foi construída em parte por uma pressão dos países desenvolvidos e em parte por não existir na época um discurso mais consistente sobre uma maneira “heterodoxa” de se ver o tema. Os subsídios para uma posição crítica a esse sistema, naquele momento ausentes, foram se desenvolvendo nos mais de 20 anos que se passaram desde a inclusão do tema na Rodada do Uruguai. O momento seguinte do trabalho então é mostrar quais são essas novas circunstâncias e como elas favorecem a posição de barganha do Brasil e possibilitam o timing do lançamento da Agenda do Desenvolvimento na OMPI. Passada essa etapa, adentrar-se-á na estratégia da Agenda em específico, mostrando quais são os pontos em questão e como ela dialoga com a estrutura organizacional da OMPI; para tanto, será necessária uma breve reflexão sobre a dinâmica organizacional da OMPI e sobre como a organização era reativa a uma perspectiva de desenvolvimento.

Por fim, tendo já desenvolvido claramente o caráter e condicionamentos históricos de um discurso (dito aqui) “tradicional” sobre Propriedade Intelectual e apresentando os fatores que permitiram o reforço a uma perspectiva concorrente a essa, procurar-se-á demonstrar como a aprovação e recente implementação da Agenda de Desenvolvimento na OMPI representa um ganho discursivo bastante significativo para os países em desenvolvimento e de menor desenvolvimento relativo, que são importadores massivos de tecnologia dos países centrais.

3 – JUSTIFICATIVA

A importância de produzir-se uma leitura mais crítica a respeito da Propriedade Intelectual para as Relações Internacionais, como já exposto antes, está em abrir uma nova frente analítica para essa temática.

Como o escopo da monografia abrange duas subáreas, justificar-se-á a importância do trabalho para as duas separadamente. Para a Economia Política, o valor do trabalho está em apresentar uma visão pós-positivista para uma área tão fortemente marcada pelas abordagens positivistas. No campo da Política Externa Brasileira, a “Agenda de Desenvolvimento” coloca-se como um tema recente e, portanto, guarda um certo ineditismo.

Em relação às minhas motivações pessoais, o objetivo desse estudo é desenvolver um esforço de pesquisa para a elaboração de um trabalho que analise criticamente a implementação de uma Agenda de Desenvolvimento no âmbito da WIPO. As motivações para tal giram em torno de duas razões: a primeira é o incentivo conferido pela disciplina de “Cooperação Internacional para o Desenvolvimento” para o estudo de questões prementes ao Desenvolvimento; em segundo lugar, a motivação deriva da pesquisa que desenvolvo juntamente ao Professor André de Mello e Souza em implicações políticas dos regimes internacionais de Propriedade Intelectual na divisão de posicionamentos dos países no sistema internacional e na atuação de entidades da sociedade civil como ONGs, think tanks e MNCs (*Multinational Corporations*). Dessa forma, o intuito final desse artigo é estabelecer uma ponte entre as duas linhas de pesquisa, desenvolvendo a análise de como questões de propriedade intelectual impactam atualmente a agenda de desenvolvimento em muitos países e como esse debate sobre a adoção de uma legislação de propriedade intelectual – que data da

recente década de 1990 – incitou a um movimento em diversas instâncias por uma agenda de IP (*Intellectual Property*) sensível a questões de desenvolvimento.

Nesse sentido, é interessante estudar como a WIPO ganhou esse viés de desenvolvimento, o porquê de ocorrer uma mudança de agenda e o porquê de ser nessa direção. É importante também entender a participação do Brasil e da Argentina nesse processo, perpassando pelos objetivos da política externa brasileira em organismos multilaterais como a WIPO e o comprometimento desses países com uma Agenda de Desenvolvimento.

Um dado recente que impactará na pesquisa é a crise institucional que ronda a Organização. O Diretor Geral da WIPO, o Sudanês Kmail Idris, após uma auditoria interna na Organização, foi acusado de improbidade administrativa após averiguar-se que ele havia adulterado sua data de nascimento para entrar na Organização e receber diversas promoções. Esse evento criou um racha dentro da Organização entre um bloco de países em desenvolvimento que defendem sua permanência no cargo e Estados Unidos e União Européia que incitam a existência de uma crise institucional no organismo. Estados Unidos e Suíça ameaçam bloquear o orçamento da Organização por dois anos se Idris permanecer na instituição. Algumas fontes argumentam que essa situação pode ainda motivar a saída dos Estados Unidos do corpo da instituição.

O fato de que o desenrolar da implementação da Agenda ainda está em curso e que a cada dia um fato novo pode acrescentar um novo dado a minha pesquisa também é mais uma motivação.

4 - EMBASAMENTO TEÓRICO

☑ 4.1 A Teoria Crítica na Propriedade Intelectual: sob o olhar de Robert Cox (1996);

Como já dito anteriormente, uma das idéias basilares que sustenta a argumentação desse trabalho é a idéia de Robert W. Cox (1996) de que “a teoria está sempre a serviço de alguém e de alguma coisa”. Esse entendimento é fundamental para estabelecer-se uma leitura crítica sobre a visão tradicional ou mainstream a respeito da matéria de propriedade intelectual, ressaltando o seu caráter status-quo no sentido de preservar uma concepção de mundo que avança os interesses dos países centrais. Dessa forma, essas teorias seriam classificadas por Cox como “problem-soving” (1996), ou seja, elas contribuem para que as relações de poder do sistema se reproduzam.

A discussão sobre propriedade intelectual ganhou premência a partir da estratégia dos países desenvolvidos, em especial dos Estados Unidos, de inseri-la nas Rodadas de negociação do sistema multilateral de comércio, no caso, a Rodada do Uruguai (1986-1994) (Abbott, 1989). Esse é o ponto de partida para a análise deste trabalho. O argumento é que a associação da matéria da propriedade intelectual ao regime multilateral de comércio, no momento da elaboração de uma organização como a Organização Mundial do Comércio (OMC) que foi estruturada para ter mecanismos de *compliance* e *enforcement*, impulsionou um movimento de crítica à visão *mainstream* sobre propriedade intelectual. Esse movimento associa duas forças: de um lado, as ações interesses e visões de mundo dos países em desenvolvimento e, do outro, uma nascente, atuante e incisiva sociedade civil organizada, dispersa territorialmente tanto (e principalmente) nos países desenvolvidos quanto nos países em desenvolvimento, que

empenha uma estratégia de pressão em vários níveis para avançar uma agenda pró-desenvolvimento em matéria de propriedade intelectual.

Constitui-se, assim, o que Cox (1996) – por meio da leitura de Gramsci – denomina de uma contra-hegemonia, assentada nos três pilares de análises gramscianas: idéias, instituições e capacidades materiais. A idéia nascente – de um reforço a uma perspectiva pró-desenvolvimento – passa a influenciar fortemente as organizações internacionais, sustentada pela posição de potências emergentes do mundo em desenvolvimento e apoiadas por uma frente de atuação de uma sociedade civil ativista. Esse poder discursivo é construído historicamente a partir das experiências e reforço da posição negociadora desses países em desenvolvimento no pós-TRIPS.

4.2 – O construtivismo de Susan Sell: historicizando o conceito e a prática da propriedade intelectual.

O trabalho de Susan Sell em sua vasta bibliografia sobre a temática da propriedade intelectual argumenta sempre o sentido histórico do conceito e da prática da propriedade intelectual e o quanto a mudança para o contexto atual está vinculada a uma pressão das indústrias detentoras de tecnologia, em especial as farmacêuticas, ao governo dos Estados Unidos na década de 1980 (May & Sell, 2005). Sell procura mostrar como a posição dos países desenvolvidos foi se tornando mais rígida com o passar dos anos e que sistemas rígidos de proteção sempre estiveram associados à economias maduras e consolidadas, sendo a “cópia” e os “sistemas frouxos” de proteção um estratégia de desenvolvimento de todos os países que hoje argumentam padrões fortes de proteção.

A contribuição de Sell é importante para refletir que, em última instância, quando se fala sobre propriedade intelectual, não está se falando sobre critérios objetivos de proteção que avançam na mesma medida o interesse de todos. Uma posição contestatória é legítima e a estratégia brasileira com a Agenda de Desenvolvimento é reformular o padrão de atuação da WIPO para uma postura mais *development-friendly*.

5. METODOLOGIA

☑ 5.1 – Tipo de Pesquisa

Para buscar abordar o tema, adotarei uma análise multinível tanto sensível às articulações da política entre Estados quanto às articulações de entidades da sociedade civil organizada e o impacto dessas instâncias nas políticas estatais no âmbito de suas estratégias de inserção internacional. Para tanto, a pesquisa documental é essencial. Documentos de ONGs, de governos (em especial o brasileiro) e da própria OMPI são fontes primárias extremamente relevantes quando o principal objetivo desse trabalho é avaliar o impacto discursivo dessa nova Agenda para a organização. No caso específico da OMPI, na parte em que se analisará sua dinâmica organizacional, a análise documental será de grande importância para entender o *processo decisório da organização, seus mecanismos de financiamento e o desenvolvimento das negociações para a agenda*.

Os recursos a meu dispor para essa análise perpassam os documentos das Conferências da WIPO, as Atas das Negociações e avaliações parciais das negociações por acadêmicos de diferentes orientações teóricas e ativistas das ONGs interessadas. Outras fontes estão na imprensa, visto que os eventos estão se desenrolando nesse exato

momento. Além disso, o acesso à boa parte do debate será por meio da lista de discussão por e-mail da *IP Health*, da qual sou signatária.

O outro recurso do qual disporei será a pesquisa bibliográfica, principalmente na parte teórica, nos textos de referência sobre a Teoria Crítica. Dentro desse grupo de referências também se encontram artigos acadêmicos produzidos por centros de pesquisa e ONGs, além de uma revisão bibliográfica sobre a Política Externa Brasileira Contemporânea.

5.2 – As fontes

Boa parte das referências para esse trabalho está numa lista de e-mail da qual faço parte chamada *IP Health*. Essa lista trata de questões de Propriedade Intelectual e Saúde. Essa lista é alimentada por e-mails de ativistas e acadêmicos na área, que acompanham os acontecimentos relevantes no que diz respeito à OMC, sua legislação de propriedade intelectual chamada TRIPS e os desenvolvimentos mais recentes no que concerne as iniciativas dos Estados em tudo que se relaciona ao universo dos IPRs (sigla para Intellectual Property Rights). A *IP Health* congrega diferentes nichos de pensamento, desde os mais ortodoxos até os mais anti-*mainstream*. Não é difícil concluir, entretanto, que as redes de ativismo, em especial aquelas que defendem uma plataforma pró-países em desenvolvimento, ocupem boa parte das discussões; afinal, a lista foi justamente criada como um meio de intercâmbio de informações entre essas redes ativistas para que elas pudessem cumprir uma de suas principais funções – a de monitoramento – e articular suas demandas em nível global. Diversas petições em favor de uma agenda de desenvolvimento na WIPO (ou OMPI) passaram pela lista. Além

disso, a lista é interessante como fonte de referências acadêmicas relevantes, sempre sugeridas por “*insiders*” na área e pesquisadores renomados.

Há um site da CPTECH (atual Knowledge Ecology International) com um guia de referências documentais e bibliográficas sobre a Agenda de Desenvolvimento. Esse site congrega boa parte das referências que utilizarei nesse projeto. Estão presentes documentos da WIPO, artigos de ONGs sobre aspectos relevantes na discussão, além de links para o Conteúdo das reuniões, Conferências e Assembléias promovidas pelos Estados membros da WIPO.

5.3 – Instrumentos de coleta de dados

Após o levantamento bibliográfico a respeito do tema proposto, o material será organizado através do fichamento das informações relevantes tiradas da leitura dos textos. A partir desses resumos, é possível sintetizar as idéias de cada autor e otimizar seu conteúdo ao longo da elaboração da monografia.

5.4 – Análise dos dados

Os dados coletados a partir dos textos acadêmicos serão divididos por critérios de desenvolvimento do raciocínio. Seguindo a lógica de construção do tema proposta nos objetivos específicos, os textos serão divididos segundo o encaixe em cada um daqueles “degraus” do raciocínio e serão abordados progressivamente à medida em que a argumentação se desenvolve.

No que tange os documentos, serão dispostos por tema e relevância e serão assim subsídios de dados mais precisos em diversos momentos do desenvolvimento do texto. A minha proposta se baseará num método qualitativo de análise.

6. CAPÍTULOS

Para fazer uma exposição clara sobre a natureza dos interesses brasileiros e a que interesses ele se contrapõe, é necessário a priori discorrer sobre as variáveis político-econômicas envolvidas em uma discussão sobre propriedade intelectual e a correlação tradicionalmente aceita entre elas. Essa seção resolvi acunhar de *Dilemas da Propriedade Intelectual*. Em seguida, farei uma análise sobre a dinâmica organizacional da WIPO, destacando algumas variáveis pertinentes para o entendimento de como a organização, a partir de sua estrutura interna, tradição e práticas naturalizadas, influiu na consecução dessa agenda de desenvolvimento no seu âmbito. Por fim, entrar-se-á na matéria em si da oposição desenvolvidos/ em desenvolvimento, um breve histórico das resultantes políticas no embate entre as partes em matéria de propriedade intelectual, como o cenário atual corrobora a história e as análises correntes e como ele traz novas variáveis. A seguir, está desenhado um esquema de como estarão organizados os capítulos.

Capítulo 1: Capítulo teórico

Nesse primeiro capítulo após a introdução, será introduzida a base teórica que permeará todas as discussões propostas nos próximos capítulos, a Teoria Crítica.

Capítulo 2: Dilemas da Propriedade Intelectual

- 2.1 O Conceito de Propriedade Intelectual: o *trade-off* entre difusão do conhecimento e inovação;
- 2.2 A Falta de análises econômicas;
- 2.3 A Falta de balanço nas regras de Propriedade Intelectual;

- 2.4 A Relação entre a Propriedade Intelectual e a questão do Desenvolvimento;
- 2.5 Historicizando o conceito de Propriedade Intelectual.

☑ Capítulo 3: A Organização Mundial da Propriedade Intelectual (WIPO): a dinâmica organizacional

- 3.1 História
- 3.2 Mandato e Financiamento
- 3.3 A dinâmica pós-TRIPS
- 3.4 O Secretariado
- 3.5 O papel do interesse privado

☑ Capítulo 4: A estratégia brasileira na Agenda de Desenvolvimento

- 4.1 A Agenda de Propriedade Intelectual do Norte
- 4.2 A Agenda de Propriedade Intelectual do Sul: o papel do Brasil
 - 4.2.1 Brasil, o provedor da coordenação?
 - 4.2.2 Cooperação Sul-Sul
 - 4.2.3 Estratégia e Interesses
- 4.3 As resistências do Norte
 - 4.3.1 O âmbito de “desenvolvimento” da WIPO

7. BIBLIOGRAFIA

A2K. <http://a2kbrasil.org.br/-WeBlog->

ABBOTT, F. **Protecting First World Assets in the Third World: Intellectual Property Negotiations in the GATT Multilateral Framework**, Symposium: Trade-Related Aspects Of Intellectual Property, *Vanderbilt Journal of Transnational Law*, vol. 22, págs 689-712 (1989).

_____. **Toward a New Era of Objective Assessment in the Field of TRIPS and Variable Geometry for the Preservation of Multilateralism.** *Journal of International Economic Law*, vol. 8, págs 77-100 (2005).

ABBOTT, F.; REICHMAN, J H. **The Doha Round's Public Health Legacy: Strategies For The Production And Diffusion Of Patented Medicines Under The Amended Trips Provisions.** *Journal of International Economic Law* Vol. 10 No. 4. Oxford: Oxford University Press, 2007.

BARNETT, Michael; FINNEMORE, Matha. **The politics, Power, and Pathologies of International Organizations.** *International Organization*, vol. 53, nº4, pags. 699-732 (1999).

BRANDELLI, Otávio e MORAES, Henrique Choer, **Agenda para o Desenvolvimento em matéria de Propriedade Intelectual.** Artigo apresentado no seminário nacional da Propriedade Intelectual. Brasília, 2006.

CIEL: Center for International Environmental Law. **A Citizen's Guide to WIPO.** Disponível em: http://www.ciel.org/Publications/CitizensGuide_WIPO_Oct07.pdf

CIEL - Center For International Environmental Law. **The Gap Between indigenous peoples' demands and WIPO's Framework on Traditional Knowledge.** Acesso em 05/10/2007 http://www.ciel.org/Publications/WIPO_Gap_Sept07.pdf

COUTINHO, Leopoldo Nascimento. **A Atuação Diplomática Brasileira no Primeiro Mandato (2001-2003) do Comitê Intergovernamental sobre Propriedade Intelectual e Recursos Genéticos, Conhecimentos Tradicionais e Folclore (GC), da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI);** 2004; Dissertação de Mestrado em Ciências Jurídicas - Universidade Federal Fluminense; Niterói, 2004.

COX, Robert. **Multilateralism and World Order.** *Review of International Studies*, vol. 18, nº 2, págs. 161-180, (1992).

_____. **The Executive Head: An essay on Leadership in International Organization.** In: **Approaches to world order**, Robert Cox (ed.). Cambridge: Cambridge University Press, págs. 317-348, 1996.

_____. **Social forces, states, and world orders: Beyond International Relations Theory.** In: **Approaches to world order**, Robert Cox (ed.). Cambridge: Cambridge University Press, págs. 85-123, 1996.

CPTECH. **WIPO Development Agenda**. Página da Internet com Referências. Disponível em: <http://www.cptech.org/ip/wipo/da.html>

DRAHOS, P; BRAITHWAITE, J. **Information Feudalism: Who Owns the Knowledge Economy**. Earthscan, 2002.

DRAHOS, P, **Developing Countries and International Intellectual Property Standard Setting**. Londres: Commission on Intellectual Property Rights, 2005.

FIOCRUZ. <http://www.fiocruz.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?tpl=home>

GONTIJO, Cícero. **As transformações do sistema de patentes, da Convenção de Paris ao Acordo TRIPS: A posição brasileira**. Brasília: Fundação Henrich Boll, 2005.

IBASE. <http://www.ibase.br/>

ICTSD-UNCTAD. **Intellectual Property Rights: Implications for Development**. ICTSD, 2004. disponível em: <http://www.iprsonline.org/unctadictsd/policyDpaper.htm>

ICTSD-UNCTAD. **Resource Book on TRIPS and Development: An authoritative and practical guide to the TRIPS Agreement**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

ICTSD. **“WIPO members agree on Development Agenda”**. Acesso em 05/10/2007 <http://www.ictsd.org/weekly/07-06-20/story1.htm>

INPI. <http://www.inpi.gov.br/>

INTELLECTUAL PROPERTY WATCH. **Debate Heats Up Over Wipo Development Agenda**. Acesso 27/11/2007. disponível em: www.ip-watch.org/weblog/index.php?p=39&print=1

JALES, Mário; TACHINARDI, Maria. **Devising a Comprehensive IBSA Strategy on WTO Agriculture Negotiations: The Case of Brazil**. Documentos ICONE. São Paulo, 2006. Disponível em: <http://www.iconebrasil.com.br/arquivos/noticia/1264.pdf>

KNOWLEDGE ECOLOGY INTERNATIONAL. <http://www.keionline.org/>

LATIF, Ahmed Abdel, **Developing Countries Coordination In International Intellectual Property Standard-Setting**. Trade-Related Agenda, Development And Equity (T.R.A.D.E), Working Papers, 2005.

LIMA, M. R. S., **A política externa brasileira desafios da cooperação sul-sul**. In: Revista Brasileira de Política Internacional, ano 48, nº 1, 2005.

MASKUS, KEITH E; REICHMAN, JEROME H., “The Globalization of Private Knowledge Goods and the Privatization of Global Public Goods”, in MASKUS, K.E.;

REICHMAN, J.H. (eds), **International Public Goods and Transfer of Technology Under a Globalized Intellectual Property Regime**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

MAY, CHRISTOPHER; SELL, SUSAN. **Moments in Law: Contestation and Settlement in the History of Intellectual Property**. *Review of International Political Economy*. 8 No. 3: 467-500, (2001).

_____. **Intellectual Property: A Critical History**. Lynne Rienner, 2005.

MELLO E SOUZA, André de. **The Power of the Weak: Advocacy Networks, Ideational Change and the Global Politics of Pharmaceutical Patent Rights**. Tese (Doutorado) – Doutorado em Ciência Política, Stanford University. Palo Alto, 2005.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA & TECNOLOGIA. <http://www.mct.gov.br/>

MONIZ, Pedro de Paranaguá, **The Development Agenda for WIPO: another stillbirth? – A battle between access to knowledge and enclosure**. Londres: University of London, 2005.

MUSUNGU, Sisule; DUTFIELD, Graham, **Multilateral Agreements and a TRIPS-Plus world: The World Intellectual Property Organisation (WIPO)**. TRIPS Issues Papers 3. Ottawa: Quaker International Affairs Programme, 2003.

MUSUNGU, Sisule, **Rethinking innovation, development and intellectual property in the UN: WIPO and beyond**. TRIPS Issues Papers 4. Ottawa: Quaker International Affairs Programme, 2005.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. **Teoria das Relações Internacionais: Correntes e Debates**. Rio de Janeiro: Elsevier Editora, 2005.

ODELL, JOHN; SELL, SUSAN. **Reframing the Issue: The Coalition on Intellectual Property and Public Health in the WTO, 2001**. In *Negotiating Trade: Developing Countries in the WTO and NAFTA*, John Odell (ed.). Cambridge University Press, 2006.

OXFAM. <http://www.oxfam.org/>

ROFFE, P; VIVAS, D & VEA, G. **Maintaining Policy Space for Development: A Case Study on IP Technical Assistance in FTAs**. *ICTSD Programme on IPRs and Sustainable Development*. International Centre for Trade and Sustainable Development Issue Paper No. 19, 2007.

SELL, SUSAN. **Power and Ideas: North-South Politics of Intellectual Property and Antitrust**. Albany: State University of New York Press, 1998.

_____. **Structures, Agents, and Institutions: Private Corporate Power and the Globalisation of Intellectual Property Rights**. In *Non-State Actors and Authority in*

the Global System, (eds.) Richard Higgott, Geoffrey Underhill, and Andreas Bieler. Londres: Routledge, 2000 (a).

_____. **Big Business and the New Trade Agreements: The Future of the WTO?** In *Political Economy and the Changing Global Order*, edited by Richard Stubbs and Geoffrey Underhill. Oxford University Press, 2000 (b).

_____. **TRIPS and the Access to Medicines Campaign.** In: *Wisconsin International Law Journal*, Madison, v. 20, n. 3, pp. 481-522, 2001.

_____. **Industry Strategies for Intellectual Property and Trade: The Quest for TRIPS and Post-TRIPS Strategies.** *Cardozo Journal of International and Comparative Law*. 10, No. 1: 79-108, (2002) (a).

_____. **Post-TRIPS Developments: The Tension Between Commercial and Social Agendas in the Context of Intellectual Property.** *Florida Journal of International Law*. 14: 193-216, (2002) (b).

_____. **Private Power, Public Law: The Globalization of Intellectual Property Rights.** Cambridge, 2003.

_____. **The global IP upward ratchet, anti-counterfeiting and piracy enforcement efforts: the state of play.** Seminar paper (2008). Disponível em: [http://www.iqsensato.org/wp-content/uploads/Sell IP Enforcement State of Play-OPs_1_June_2008.pdf](http://www.iqsensato.org/wp-content/uploads/Sell_IP_Enforcement_State_of_Play-OPs_1_June_2008.pdf)

TANSEY, Geoff, **Trade, Intellectual Property, Food and Biodiversity: Key Issues and Options for the 1999 review of article 27.3 (b) of the TRIPS Agreement.** Londres: Quaker Peace & Service, 1999.

WIPO. <http://www.wipo.int>

WTO. <http://www.wto.org>